

## DIQUE DO TORORÓ: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA DE APROPRIAÇÃO E USO DEMOCRÁTICO.

Gilma Brito da Silva<sup>1</sup>  
Maria Auxiliadora da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** *O presente artigo apresenta uma discussão sobre espaço público, a partir de uma análise acerca do uso e apropriação do Dique do Tororó, e sua inserção na dinâmica metropolitana. Tal dinâmica, em vários momentos, é geradora de contradições suscitadas pelos conflitos entre as esferas públicas e privadas. Sob essa perspectiva, busca-se discutir o papel do Estado na configuração e normatização do espaço, a partir de suas políticas de planejamento e intervenções urbanísticas.*

**Palavras-chave:** Produção do espaço; Dique do Tororó; Espaço público; Uso e apropriação.

### INTRODUÇÃO

As discussões sobre espaços públicos perpassam as esferas do direto à cidade e ao espaço urbano, assim como a cidadania.

Há, na contemporaneidade, uma tendência ao esgotamento desses espaços, devido, principalmente, às disputas pelo solo urbano para reprodução capitalista, o que ocasiona permanente conflito de apropriação, revelando contradições existentes na própria sociedade. Carlos (2004, p.127), afirma: “Os diversos usos, na metrópole, entram em conflito, na medida em que são contraditórios os interesses do capital e da sociedade. Enquanto o primeiro tem por objetivo sua reprodução através do processo de valorização, a sociedade anseia (e luta) por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena”. Esse conflito tende a fragmentar o uso do território, bem como a prática socioespacial de reprodução da vida nas cidades.

É nesse contexto que se inserem os espaços públicos, apresentando os reflexos da constituição da sociedade baseada na produção irrestrita de mercadorias, onde até o solo tem o seu valor, o que ratifica Carlos (2004, p.140): “O uso submetido, no mundo moderno, à apropriação privada, ao império da troca, reproduz o espaço enquanto mercadoria cambiável, e como consequência, delimitando os espaços passíveis de apropriação, revelando a sua fragmentação imposta pelo sentido e amplitude da generalização da propriedade privada do uso do solo”.

Dessa forma, os espaços públicos encontram-se submetidos a essa lógica, assim como os cidadãos que fazem uso desse espaço.

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia - UFBA, bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) e integrante do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço Urbano, 2006/2007.

<sup>2</sup> Professora do Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço Urbano.

## A VALORAÇÃO DO ESPAÇO

O Dique do Tororó é uma importante área de lazer e uso público da cidade. Em seu desenvolvimento, são registradas diferentes funções espaciais, funções essas que vão desde a sua origem, quando servia de proteção para a cidade, até o momento atual, quando passou por um processo de requalificação/revitalização. Essa intervenção, de caráter público, atribuiu ao espaço não só uma modificação na sua forma urbanística, como na sua função espacial.

Segundo esse novo arranjo, o Dique passa a funcionar como um espaço de múltiplo uso, o que corresponde à utilização simultânea do espaço para diversas atividades; isso foi possível a partir da implantação de novos equipamentos, tais como: pista de *cooper*, parques infantis, equipamentos de ginástica e restaurantes.

As transformações ocorridas no Dique na atualidade revelam a dinâmica de reprodução da própria cidade do Salvador, caracterizada por sua inserção nas relações metropolitanas, de tal forma, que as mudanças em sua configuração urbana tendem a ser cada vez mais aceleradas, o que Carlos (2004, p.109) afirma: “O trabalho é criador de formas. Numa grande cidade, as formas urbanas se recriam constantemente, ganhando sempre novos sentidos”.

Dentro desse contexto, figura o Estado como o principal agente dinamizador destas transformações urbanas, sendo percebido em suas intervenções de requalificação/revitalização. Ações como essa em uma metrópole afirmam a idéia de espaço planejado, e que Carlos (2004, p.109) ratifica: “O estágio atual de reprodução do espaço da metrópole que nos coloca diante da necessidade de planejar a revitalização/reestruturação de lugares, não importando sua dimensão, remete-nos a idéia de planejar espaços”. Assim, o parque Dique do Tororó é valorizado e passa de espaço degradado para área de atração turística da cidade.

Surge, então, um novo elemento no espaço, a reprodução econômica, que ao contrário da das práticas cotidianas da sociedade, busca uma apropriação do espaço que visa, principalmente, expandir o capital. Nesse ponto de vista, “os lugares da cidade aparecem enquanto lugares de infra-estrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade de modo a permitir uma equação favorável à realização do lucro”, Carlos (2004, p.110), negando a existência da condição de reprodução do espaço de realização da vida, o que vai culminar numa série de conflitos e um embate permanente entre interesses públicos e privados.

## DIFERENCIAÇÕES NO USO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO DO DIQUE DO TORORÓ

Os conflitos gerados do embate entre os interesses públicos e o privado são refletidos na forma diferenciada de apropriação dos espaços da cidade. E no que diz respeito aos espaços destinados ao uso público, suscita uma contradição ainda maior, já que estes deveriam representar um uso democrático.

Nota-se, então, que por apresentar tais contradições, o espaço tende a apresentar conflitos de uso e apropriação. No caso do Dique, esses conflitos acabam sendo camuflados pela configuração do seu espaço, caracterizado pelo múltiplo uso, o que permite o acesso de todos os públicos. O que não quer dizer o acesso físico, apenas, deve ser confundido com uma apropriação democrática. Esse fato é salientado por Serpa (2007, p.28): “Se for certo que o adjetivo ‘público’ diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, mais do que o simples acesso físico a espaços ‘abertos’ de uso coletivo”.

A convivência simultânea de um público realizando atividades diferenciadas, sendo classificados por categorias de uso tais como: corredores (utiliza o espaço pra correr), caminhante (utiliza para caminhar), passante (utiliza o espaço para passagem entre bairros), passeadores (utilizam para passear), crianças (utilizam os parquinhos) e comensais (usam os restaurantes), é realizada de forma normatizada.

A área destinada a cada um desses públicos segue uma clara delimitação. Isso representa uma atitude de planejamento do espaço, segundo Carlos (2004, p.118), exercendo controle de seu uso, já que existem normas de utilização. Há uma diferenciação e fragmentação no uso dessas áreas, podendo ser observadas pelo número de usuários de cada categoria e as áreas destinadas a cada uma. O público de maior frequência é o da categoria passeador, conforme tabela abaixo.

**TABELA 1. FREQUÊNCIA MÉDIA POR CATEGORIA.**

CATEGORIA*	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	TOTAL FINAL
CAMINHANTE	62	173	178	176	157	134	76	956
CORREDOR	7	19	18	21	17	13	9	104
PASSANTE	30	47	46	45	42	39	36	285
PASSEADOR	571	162	167	162	149	148	251	1610
CRIANÇA	191	38	37	51	59	39	75	490
<b>Total p/ dia</b>	<b>861</b>	<b>439</b>	<b>446</b>	<b>455</b>	<b>424</b>	<b>373</b>	<b>447</b>	<b>3445</b>

Fonte: pesquisa de campo, 2007.

Mesmo sendo o público de maior frequência, se tratando de um espaço normatizado e área delimitada por uso, o espaço destinado a esse público se resume a alguns bancos espalhados ao redor do espelho d'água, mesmo assim, há restrições ao uso de algumas áreas que poderiam ser usadas por tal público, conforme figura 1 e 2.



Figura 1. Área destinada à categoria passeador.  
Dique do Tororó, 2007.

\* A categoria Comensais também integra o quadro acima. Porém os dados dessa categoria foram disponibilizados por funcionários dos restaurantes. O valor obtido é uma média de 850 usuários por semana. Dessa forma, acrescido aos outros valores resultará num total final de 4295 usuários.



Figura 2. Gramado onde a permanência de pessoas é proibida.  
Dique do Tororó, 2007.

Há uma distorção na distribuição dessas áreas, principalmente quando se compara a área para esse público com a destinada aos restaurantes. A categoria comensais, dispõe, ainda, de uma área do estacionamento, que ocupa uma extensa área do Dique, conforme figura abaixo:



Figura 3. Área do estacionamento.  
Dique do Tororó, 2007.

Essa discussão pode ser associada ao perfil socioeconômico dos usuários, bem como à relação com os equipamentos do Dique. Há problemas com a infra-estrutura do parque, mas, tais problemas atingem de forma diferenciada cada público.

O público de maior frequência (os passeadores) apresenta um perfil socioeconômico, no que diz respeito à renda e escolaridade, de baixa renda (21,87% possuem renda familiar entre um

e três salários mínimos), e escolaridade que chega até o nível médio, conforme quadro 1 e 2 abaixo:

**QUADRO 1. Renda Familiar por Categoria**

Categorias	Qual a renda familiar (%)								Total
	Menos de Um salário	Entre 1 e 3 salários	Entre 4 e 5 salários	Entre 6 e 8 salários	Entre 9 e 10 salários	Mais de 10 salários	Sem renda	Não declarou	
Caminhante	0,00	8,59	3,90	2,35	1,56	5,47	0,00	0,00	21,87
Corredor	0,00	0,78	0,00	0,00	0,00	0,78	0,78	0,78	3,12
Passante	0,00	3,90	2,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,25
Passeador	0,78	21,87	9,38	2,35	0,00	1,56	2,35	0,00	37,51
Criança	0,00	9,38	1,56	0,78	0,00	0,00	0,00	0,00	11,72
Comensal	0,00	2,35	2,35	3,13	3,13	7,79	0,00	0,00	18,75
Total	0,78	46,87	19,54	8,61	4,69	15,60	3,13	0,78	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

**QUADRO 2. Escolaridade por Categoria**

Categorias	Escolaridade							Total
	Fundamental I	Fundamental II	Fundamental Incompleto	Médio	Médio Incompleto	Superior	Superior Incompleto	
Caminhante	5	0	1	9	1	10	2	28
Corredor	0	1	0	0	1	2	0	4
Passante	0	1	0	4	1	2	0	8
Passeador	6	5	5	20	7	0	6	49
Criança	0	1	4	10	0	0	0	15
Comensal	0	1	0	7	1	12	3	24
Total	11	9	10	50	11	26	11	128

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

Os usuários que possuem esse perfil não são os mesmos que freqüentam os restaurantes de classe média e classe média alta, instalados no espaço, o que denota uma situação de conflito e exclusão, fomentada pelo favorecimento de uma apropriação desigual de um espaço que se ancora no discurso de “acesso público”, mas que na prática é configurado para fragmentação do seu uso.

No caso do Dique do Tororó, os conflitos são enfatizados pelas intervenções efetuadas pelo Estado, legitimadas pelo discurso do “planejamento estratégico” que, segundo Robira (2006, p.437), é uma prática das administrações públicas vista como solução dos problemas de gestão urbana, causados por rápidas transformações promovidas pela expansão capitalista. Desta forma amplia-se a participação dos “agentes sociais e econômicos” nessa gestão, e tentando “dissolver o totalitarismo do planejamento urbano” que habitualmente exclui tais agentes. Aparentemente, parece uma ação legítima, porém, na prática, se apresenta como mais uma estratégia de reprodução capitalista, onde espaços são consolidados para atender sua demanda.

Assim, acentua-se a reprodução do espaço como “exterioridades”, neutralizando a idéia de lugar como prática das relações de proximidade, ou mesmo realização do cotidiano, segundo Santos (1999, p.257), e que pode ser vista a partir da percepção dos usuários com relação as questões negativas do parque, conforme demonstra o quadro a seguir:

QUADRO 3.

O que vê de negativo no Dique		
	Número	Percentual
Estrutura física	11	5,8%
Segurança	51	26,7%
Poluição	52	27,2%
Orixás	22	11,5%
Nada	31	16,2%
Outros	24	12,6%
Total	191	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Um percentual que chama a atenção diz respeito aos Orixás, sendo o terceiro maior elemento de insatisfação da população usuária. Esculturas que reportam um símbolo religioso da cultura baiana, implantado sobre as águas do Dique, ou nas suas margens não representam unanimidade. Essa insatisfação com as esculturas vem afirmar justamente a idéia de que o espaço está sendo produzido sem a participação da população, o que soa contraditório, já que a sua produção se diz destinada à mesma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma atual de reprodução do espaço tende a excluir parcelas da sociedade que se encontram à margem da apropriação capitalista. O que enfatiza Carlos (2004, p.141): “estes processos se referem a uma prática que vai, em direção a segregação socioespacial visível no plano da paisagem, revelando uma morfologia que espelha a hierarquia social definida”. Nesse contexto, o espaço público surge como desafio à realização da apropriação democrática, assim como da realização das práticas cotidianas.

A cidadania também é expressa, segundo Gomes (2006, p.134), pela apropriação do espaço, o que significa dizer que a condição de cidadão se traduz na forma como o espaço é apropriado. Se há uma fragmentação nessa apropriação, automaticamente o direito à cidade será afetado. Essa dinâmica territorial cotidiana, no espaço do Dique do Tororó, apresenta-se fragmentada, e um uso diferenciado do espaço, e hegemonia de um grupo social mais favorecido em detrimento dos menos favorecidos.

Há necessidade de um planejamento com maior participação dos agentes sociais envolvidos, de forma que sua condição de cidadão seja considerada, já que “a cidadania não é assim simplesmente uma representação dos indivíduos dentro do Estado nacional, mas, sem dúvida, um fenômeno muito mais complexo que incide no quadro da dinâmica territorial cotidiana da sociedade”.

## REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. A cidade. São Paulo: Contexto, 1999. Repensando a geografia.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** São Paulo: Contexto, 2001.

ROBIRA, Rosa Tello. **Planejamento urbano: discurso anacrônico, práticas globalizadas.** In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). Geografia das metrópoles. São Paulo: Contexto, 2006. p. 431 - 444.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção.** 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopez de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: conceitos e temas.